



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

## Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
- F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
- F-C Comissão de Ordem Social
- F-C Comissão de Administração Pública
- F-C Comissão de Adm. Financeira e Orçamentária
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente e da Pessoa Idosa
- F-C Comissão de Saúde, Meio Amb. e Prot. Animal
- F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Quórum:  
 (X) Maioria Simples  
 ( ) Maioria Absoluta  
 ( ) Maioria Qualificada

### PROJETO DE LEI Nº 7.647/2020

Às Comissões, em 01/12/2020

ASSUNTO:  
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE  
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ELIEZER DE  
GODOY(\*1964+2015).

Autor: Ver. Bruno Dias

Anotações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1ª Disc. / Votação	2ª Disc. / Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <u>Avançar</u>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <u>11</u> e <u>0</u> votos
em ____ / ____ / ____	em ____ / ____ / ____	em <u>01</u> / <u>12</u> / <u>2020</u>
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____



**CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**  
**Estado de Minas Gerais**



**PROJETO DE LEI Nº 7647 / 2020**

**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE  
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ELIEZER DE  
GODOY (\*1964 +2015).**

**Autor: Ver. Bruno Dias**

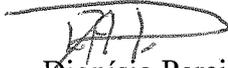
A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Passa a denominar-se RUA ELIEZER DE GODOY, o logradouro conhecido como "Estrada Velha do Aeroporto", que tem início na perpendicular da Avenida Major Armando Rubens Storino, no Bairro do Curralinho, terminando em si mesma, conforme mapas anexos.

**Art. 2º** Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, em 01 de dezembro de 2020.

  
Rodrigo Modesto  
PRESIDENTE DA MESA

  
Dionísio Pereira  
1º SECRETÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**  
**Estado de Minas Gerais**



**PROJETO DE LEI Nº 7647 / 2020**

**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE  
LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ELIEZER DE  
GODOY (\*1964 +2015).**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se RUA ELIEZER DE GODOY, o logradouro conhecido como "Estrada Velha do Aeroporto", que tem início na perpendicular da Avenida Major Armando Rubens Storino, no Bairro do Curralinho, terminando em si mesma, conforme mapas anexos.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2020.

Bruno Dias  
VEREADOR

ASSINADO POR BRUNO DIAS FERREIRA:04954779669 - 01/12/2020 14:35:52 - H1M9-G9R3-Z3P2-P2R0



## CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais



### JUSTIFICATIVA

Eliezer de Godoy, filho de José Benedito de Godoy e Benedita Rodrigues de Godoy, nasceu em 1964, na cidade de São Paulo, sendo que era o filho caçula de cinco irmãos.

Quando completou 12 anos veio morar na cidade de Extrema/MG, onde viveu com seus pais até os seus 19 anos de idade, época a qual veio para a cidade de Pouso Alegre/MG.

Já nesse município, aprendeu as profissões de pedreiro, carpinteiro e serralheiro, tornando-se um “faz tudo”, nos locais onde era procurado. Trabalhou duro até conquistar um terreno em um local com nome um tanto quanto incomum: “curralinho”. Trabalhando dia e noite, construiu sua própria moradia no local, aos poucos foram surgindo novos vizinhos e graças à seu trabalho, que todos conheciam, era contratado para construir, reformar e consertar diversas outras residências do local e da cidade.

Aos poucos, o bairro foi se tornando vivo e cheio de famílias, Sr. Eliezer estava sempre disposto a ajudar a todos com seus dons, desde um portão quebrado, até a construção de uma nova casa.

Foi o construtor da área de recreação para crianças em um novo bairro, atualmente sendo Parque Real. Ficou muito feliz com o trabalho, pois adorava crianças e estava vendo nascer mais um bairro onde muitas famílias também viveriam e seriam felizes.

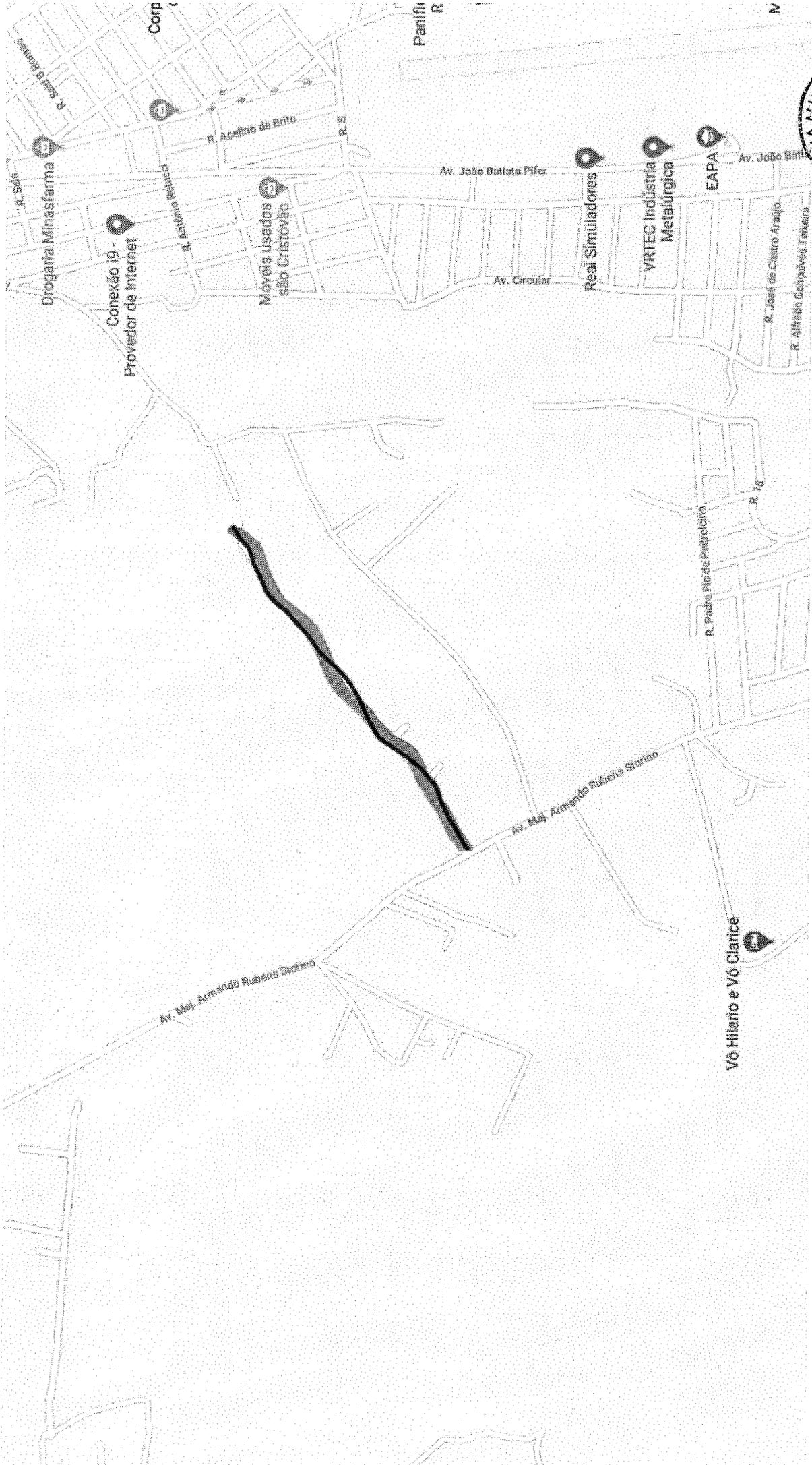
Todos gostavam e o respeitavam na região, tendo sido o fundador deste logradouro, lugar onde viveu até seus 51 anos. Mas, infelizmente se foi precocemente, falecendo em 2015 e deixando saudades a sua família e aos moradores da região.

Mais que apenas um amigo, vizinho ou conhecido, foi também um pai para muitos que cresceram na região.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2020.

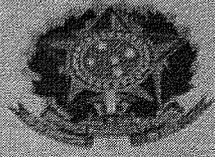
Bruno Dias  
VEREADOR

ASSINADO POR BRUNO DIAS FERREIRA:04954779669 - 01/12/2020 14:35:52 - H1M9-G9R3-Z3P2-PER0



CÂMARA MUNICIPAL DE PUSOSCALESTE  
FLS. 03  
[Signature]





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

ELIEZER DE GODOY

MATRÍCULA:

0557720155 2015 4 00071 081 0031483 21

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	Branca	solteiro, com 51 anos de idade

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
São Paulo - SP	RG nº 18.773.631-5-SSP/SP	era eleitor

FIJACÃO E RESIDÊNCIA

JOSE BENEDITO DE GODOY e BENEDITA RODRIGUES GODOY - Travessa da Estrada do Curralinho, Bairro Curralinho, em Pouso Alegre, MG

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA MÊS ANO
cinco de junho de dois mil e quinze às 03:00 horas	20/06/2015

LOCAL DE FALECIMENTO

Travessa da Estrada do Curralinho, Bairro Curralinho em Pouso Alegre, MG.

CAUSA DA MORTE

Óbito por asfixiação material vômito.

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)	DECLARANTE
Cemitério Park Jardim do Céu, em Pouso Alegre, MG	RICARDO DE GODOY SANTOS

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

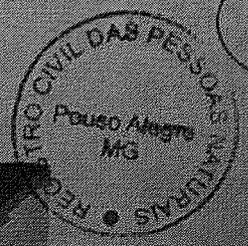
Alfonso Celso Duarte Lucas, CRM nº 11396

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Não deixou bens e nem testamento conhecido.

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais  
 Oficial: SEBASTIÃO SAULO VALERIANO  
 Rua Adolfo Olimo, 702 - Centro  
 Pouso Alegre-MG  
 Telefones: 34233252 - 91309711

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
 Pouso Alegre-MG, 29 de junho de 2015



Bel. Flávio Gomes Rocha  
 Oficial Substituto

Flávio Gomes Rocha  
 Oficial Substituto

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG



Pouso Alegre, 30 de novembro de 2020.

## PARECER JURÍDICO

### Autoria – Poder Legislativo

Nos termos do artigo 79 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 7.647/2020**, de **autoria do vereador Bruno Dias**, que “**DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ELIEZER DE GODOY (\*1964 +2015)**”.

O Projeto de Lei em análise, em seu *artigo primeiro (1º)*, passa a denominar-se RUA ELIEZER DE GODOY, o logradouro conhecido como "Estrada Velha do Aeroporto", que tem início na perpendicular da Avenida Major Armando Rubens Storino, no Bairro do Curruralinho, terminando em si mesma, conforme mapas anexos

O *artigo segundo (2º)* aduz que revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### FORMA

A matéria veiculada deve ser proposta em forma de Projeto de Lei conforme art. 251 do Regimento Interno e está adequada à competência legislativa assegurada ao Município no artigo 30, inciso I e IX da Constituição Federal.

*Art. 251. Os Projetos de Lei Ordinária são proposições que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.*

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.*



## INICIATIVA

A iniciativa por parte do vereador encontra-se conforme o artigo 39, I, c/c artigo 44 da Lei Orgânica do Município, adequada ao artigo 54, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal, sendo a matéria em análise de competência municipal e de iniciativa não privativa do Prefeito.

Assim prevê a Lei Orgânica Municipal:

**Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente:**

**I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;**

*Parágrafo único – A competência a que se refere o inciso I deste artigo, envolve os assuntos arrolados nos arts. 18 a 21 e ainda:*

**II - denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;**

**Art. 235. É vedado dar nome de pessoas vivas a ruas, vias, logradouros públicos ou a bens e serviços públicos de qualquer natureza.**

**Parágrafo único. Para os fins do artigo, somente poderá ser homenageada a pessoa que, comprovadamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município ou que tenha se destacado, notoriamente ao nível municipal, estadual ou nacional.**

Corroborando acerca das competências municipais, os ensinamentos do mestre Nelson Nery Costa, in Direito Municipal Brasileiro, 8ª edição, GZ Editora, p. 177:

**Competem, ainda, à Câmara Municipal diversas outras matérias, naquilo que seja classificado como interesse local, podendo ser a aprovação de autorização de empréstimos e operações de crédito, assim como a forma e os meios de pagamento; delimitar o perímetro urbano; autorizar a concessão de auxílio e subvenções; denominar os próprios, vias e logradouros públicos; estabelecer programas e planos de desenvolvimento. Pode, ainda, elaborar leis sobre registro, vacinação e capturas de animais; sobre concessão de licenças e alvarás; dispor sobre denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos; legislar sobre os serviços de transporte coletivo urbano e intramunicipal, abastecimento de água e esgotos sanitários; mercados, feiras e matadouros locais; cemitérios e serviços funerários; iluminação, limpeza pública, dentre outras competências.**  
(grifo nosso)

Por interesse local entende-se:

*Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se àqueles interesses que possam dizer respeito mais diretamente às necessidades imediatas do Município, mesmo que acabem gerando reflexos no*



*interesse regional (Estados) ou geral (União), uma vez que é inegável que mesmo atividades e serviços tradicionalmente desempenhados pelos Municípios, como transporte coletivo, polícia das edificações, fiscalização das condições de higiene de restaurantes e similares, coleta de lixo, ordenações do uso do solo urbano, etc., dizem secundariamente com o interesse estadual e nacional. (FERREIRA, Gilmar Mendes, in Gestão Pública e Direito Municipal, 1ª. ed., Saraiva).*

Consoante tem sido o entendimento do Supremo Tribunal Federal. No exame do Recurso Extraordinário 1151237, a maioria declarou constitucional o dispositivo da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, que prevê competência para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos tanto para o prefeito, como para a Câmara Municipal. O relator ministro Alexandre de Moraes registrou o seguinte:

*As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às suas necessidades imediatas.*

(...)

*Por outro lado, a norma em exame não incidiu em qualquer desrespeito à Separação de Poderes, pois a matéria referente à “denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações” não pode ser limitada tão somente à questão de “atos de gestão do Executivo”, pois, no exercício dessa competência, o Poder Legislativo local poderá realizar homenagens cívicas, bem como colaborar na concretização da memorização da história e da proteção do patrimônio cultural imaterial do Município.*

(...)

*Em nenhum momento, a Lei Orgânica Municipal afastou expressamente a iniciativa concorrente para propositura do projeto de lei sobre a matéria. Portanto, deve ser interpretada no sentido de não excluir a competência administrativa do Prefeito Municipal para a prática de atos de gestão referentes a matéria; mas, também, por estabelecer ao Poder Legislativo, no exercício de competência legislativa, baseada no princípio da predominância do interesse, a possibilidade de edição de leis para definir denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações. (grifo nosso).*

É imperioso registrar que, antes da apresentação de Projetos de Lei de denominação de logradouro público, os nobres Edis devem buscar, junto aos órgãos competentes, informações se o bem público oficial é inominado e se possui homônimos. A investigação para verificar a existência de nome anterior na referida rua que se pretende denominar é de suma importância, já que estaríamos alterando denominação com procedimentos distintos, regulados pela Lei Municipal nº 3620/99:



*Art. 1º. Sem prejuízo do disposto nos artigos 39, 235 e seus parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, a denominação de vias e logradouros públicos só poderá ser alterada mediante requerimento ou termo de concordância firmado, no mínimo, por 80% (oitenta por cento) de seus moradores.*

Isto posto, S.M.J., não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei. Insta registrar que este parecer se refere exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

### **QUORUM**

Oportuno esclarecer que, por se tratar de bem público inominado, para a sua aprovação é exigido quorum de **maioria simples**, nos termos do art. 53 da L.O.M. c/c artigo 56, inciso III, do R.I.C.M.P.A.

### **CONCLUSÃO**

Por tais razões, exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do **Projeto de Lei 7.647/2020**, para ser submetido à análise das 'Comissões Temáticas' da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária, salientando-se que, o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

*Geraldo Cunha Neto*  
*OAB/MG nº 102.023*

*Ana Clara de Andrade Ferreira*  
*Estagiária*



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

PARECER Nº 147 DE 2020

## RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº 7647/2020, QUE “DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ELIEZER DE GODOY (\*1964 +2015).”**

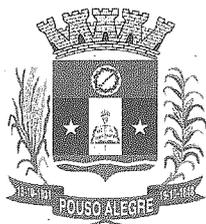
## FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Conforme prevê a lei orgânica Municipal em seu artigo 39 que traz a seguinte redação: “Compete à Câmara, fundamentalmente: (I) - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município e (II) denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos;”.

Com este Projeto passa a denominar-se RUA ELIEZER DE GODOY, o logradouro conhecido como "Estrada Velha do Aeroporto", que tem início na perpendicular da Avenida Major Armando Rubens Storino, no Bairro do Curralinho, terminando em si mesma.

Eliezer de Godoy, filho de José Benedito de Godoy e Benedita Rodrigues de Godoy, nasceu em 1964, na cidade de São Paulo, sendo que era o filho caçula de cinco irmãos. Quando completou 12 anos veio morar na cidade de Extrema/MG, onde viveu com seus pais até os seus 19 anos de idade, época a qual veio para a cidade de Pouso Alegre/MG. Já nesse município, aprendeu as profissões de pedreiro, carpinteiro e serralheiro, tornando-se um “faz tudo”, nos locais onde era procurado. Trabalhou duro até conquistar um terreno em um local com nome um tanto quanto incomum: “curralinho”. Trabalhando dia e noite, construiu sua própria moradia no local, aos poucos foram surgindo novos vizinhos e graças à



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



seu trabalho, que todos conheciam, era contratado para construir, reformar e consertar diversas outras residências do local e da cidade. Aos poucos, o bairro foi se tornando vivo e cheio de famílias, Sr. Eliezer estava sempre disposto a ajudar a todos com seus dons, desde um portão quebrado, até a construção de uma nova casa. Foi o construtor da área de recreação para crianças em um novo bairro, atualmente sendo Parque Real. Ficou muito feliz com o trabalho, pois adorava crianças e estava vendo nascer mais um bairro onde muitas famílias também viveriam e seriam felizes.

Todos gostavam e o respeitavam na região, tendo sido o fundador deste logradouro, lugar onde viveu até seus 51 anos. Mas, infelizmente se foi precocemente, falecendo em 2015 e deixando saudades a sua família e aos moradores da região. Mais que apenas um amigo, vizinho ou conhecido, foi também um pai para muitos que cresceram na região.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

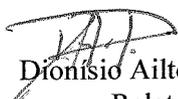
Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 7647/2020 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

## CONCLUSÃO

Após análise do presente **Projeto de Lei nº 7647/2020**, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação EXARA PARECER FAVORÁVEL à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 01 de dezembro de 2020.

  
Dionísio Ailton Pereira  
Relator

  
Bruno Dias  
Presidente

  
Rafael Aboláfio  
Secretário



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



(Parecer 141/2020)

Pouso Alegre, 16 de novembro de 2020.

## ***PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***

***(CAP)***

### **RELATÓRIO**

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **Projeto de Lei 7647/2020** Dispõe sobre denominação de logradouro público: Rua Eliezer de Godoy (\*1964+2015) e dá outras providências.

### **FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA**

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Administração Pública cabe especificamente, nos termos do artigo 70, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Segundo prevê a lei orgânica Municipal em seu artigo 39 que traz a seguinte redação: “Compete à Câmara, fundamentalmente: (I) - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município e (II) denominar estabelecimentos, vias e logradouros públicos”.

Esta comissão analisou que o referido projeto de lei passa a denominar-se Rua ELIEZER DE GODOY, o logradouro conhecido como "Estrada Velha do Aeroporto", que tem início na perpendicular da Avenida Major Armando Rubens Storino, no Bairro do Curralinho, terminando em si mesma, conforme mapas anexos.



# Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer, cujos termos estão devidamente apresentados.

## CONCLUSÃO

O Relator da Comissão Permanente de Administração Pública, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 7647/2020.**

Vereador Leandro Morais

Relator

Vereador Dito Barbosa

Presidente

Vereador Oliveira

Secretário